



ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSÉ ISAAC PILATI

Entrevista con el profesor José Isaac Pilati

Interview with Professor José Isaac Pilati

José Isaac Pilati 

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina,
Brasil. E-mail: jose.isaac.pilati@ufsc.br

Jefferson Virgílio 

Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail:
jv.ufsc@gmail.com.

Artigo recebido em 30/06/2023.

Aceito em 30/06/2023.



ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSÉ ISAAC PILATI¹

Jefferson Virgílio

Eu pediria inicialmente para o professor fazer uma breve apresentação pessoal, se possível informando como o professor chegou no direito ou na UFSC.

José Isaac Pilati

O meu nome é José Isaac Pilati. Eu estou na UFSC como professor do quadro desde os anos 90. Na época eu tinha mestrado só, logo depois eu fiz o doutorado, também junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, que neste ano comemora o seu cinquentenário.

Jefferson Virgílio

Então, fez o mestrado e o doutoramento aqui na UFSC. E o professor lembra se havia muitos ou algum aluno ou aluna negra aqui naquela época?

José Isaac Pilati

Olha, eu tenho orgulho de ter sido colega de mestrado de Dora Lúcia Bertúlio, eu inclusive a vi esses dias, está bem. Ela fez o primeiro trabalho sobre racismo no Programa.²

Jefferson Virgílio

¹ Entrevista realizada por Jefferson Virgílio em 5 de junho de 2023 no CCJ/UFSC exclusivamente para este dossiê.

² A menção é para a procuradora jurídica da UFPR Dora Lúcia de Lima Bertúlio. A dissertação refere para Bertúlio (1989). Há uma longa e detalhada resenha da dissertação recentemente publicada por Ferreira e Paulo (2019).

Isso foi depois da redemocratização, da constituição, já na década de 1990, né? Ou foi antes?

José Isaac Pilati

Não. Isso foi um pouco antes. Eu defendi a dissertação em 1989. E ela fez o mestrado comigo, éramos próximos. Ela também defendeu o trabalho em 1989: “*Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo*”. No Curso ela entrou nos meados da década de 1980. Por acaso, nós fizemos a Graduação juntos (1969-1973), ela um ano em minha frente, na Universidade Federal do Paraná. Lá não se falava em discriminação por racismo e gênero, ao contrário, no corriqueiro havia cenas que hoje provocariam comoção nacional. E ficava por isso.

Jefferson Virgílio

Isso foi na altura da redemocratização, então?

José Isaac Pilati

Foi antes. Porque o meu curso de graduação na Universidade [Federal] do Paraná terminou em 1973.

Jefferson Virgílio

Então isso foi no auge da coisa.

José Isaac Pilati

Sim, no auge. Inclusive com toda a repressão. Então, como dizia, o primeiro trabalho a enfrentar o problema racial no Curso de Direito da UFSC foi esse da Dora Lúcia. Hoje ela é procuradora no Paraná. Agora, mais tarde, com as ações afirmativas e as cotas, isso mudou, e o professor Luiz Carlos Cancellier, uma vez eleito Reitor, deu passos decisivos na direção da

mudança.³ E desde então a gente começou a perceber uma grande transformação; aflorou também a questão indígena, enfim, a temática da discriminação foi ocupando espaço nos Trabalhos de Conclusão (TCCs), em monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A ponto de enriquecer sobremaneira as discussões em aula.

Jefferson Virgílio

Era esse ponto que eu queria entrar professor. De certa forma essas ações afirmativas “chacoalharam” o cotidiano do CCJ e até da UFSC?

José Isaac Pilati

Com certeza. Com toda certeza. O impacto foi sentido tanto na graduação quanto na pós-graduação; e a pós-graduação que se dizia crítica, e era mesmo, porém, era voltada a outros aspectos. Ela era...

Jefferson Virgílio

É o que a gente conhece como crítica seletiva né?

José Isaac Pilati

Sob esse aspecto sim. E aí ampliou. Logo veio também a questão de gênero, os primeiros pesquisadores do assunto. E isso remonta, no início, ao período da Dora Lúcia, com pesquisadores voltando-se para o problema da mulher, da criança (já não o “menor”, o “código de menores”), além da questão ambiental, que foi trazida por Tycho Brahe Fernandes em primeira mão.⁴ Então assim, esse despertar foi num período da nossa história recente, que caminhava para grandes transformações. Transformações radicais; lentas, mas conflituosas e

³ A menção é para o professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC. Sobre o professor Cancellier, e especialmente sobre a prematura interrupção de sua vida e carreira, consultar Torres (2017).

⁴ A menção é para o desembargador aposentado Tycho Brahe Fernandes Neto, autor do livro “Direito ambiental: uma necessidade”, publicado ainda em 1979 pela antiga Imprensa Universitária da UFSC, atual Editora da UFSC.

irreversíveis. Isso eu testemunhei. O professor Nilson Borges [Filho] não rejeitava orientação nesses assuntos polêmicos para a época, em que Luis Alberto Warat brilhava junto aos demais professores da Pós-Graduação em Direito da UFSC.⁵

Jefferson Virgílio

Professor, e o senhor compreende que foi preciso fazer alguma “adaptação” aqui no CCJ, quando por exemplo, chegaram os primeiros alunos indígenas? Ou os primeiros alunos negros em maior quantidade?

José Isaac Pilati

Não... Aparentemente não aconteceu nada demais. A preocupação dos professores, pelo que observei, era de os cotistas não conseguirem acompanhar o desempenho dos outros alunos. Pelo prisma dos professores o ponto era esse. Falava-se que eles não iriam acompanhar os demais alunos..., mas a constatação foi noutra sentido, nada de que fosse diferente. Aliás, eles foram muito bem e despertaram os demais colegas para discussão de problemas não considerados até então. Outra demanda, de impacto mais sensível, foi também a dos deficientes: o prédio, os professores e os discentes foram instados por novos desafios, como por exemplo, deparar-se com um aluno cego entre os calouros.

Jefferson Virgílio

É aquele discurso de que como “eles” entraram por cotas, por ações afirmativas, etc., eles não iriam “render” como os demais né?

José Isaac Pilati

⁵ Sobre as orientações em nível de pós-graduação dos professores Nilson Borges Filho e Luis Alberto Warat se recomenda consultar diretamente as listas disponíveis nos respectivos currículos Lattes individuais, disponíveis em <http://lattes.cnpq.br/4614750981462285> e em <http://lattes.cnpq.br/7753450996263035>.

Esse discurso se mostrou uma enorme bobagem. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Esses alunos e alunas na verdade enriqueceram muito o debate, como disse, pois trouxeram outras visões de mundo, outros problemas, e então a gente começou a observar que a questão do sujeito de direito era bem mais ampla do que a preocupação reinante.

Jefferson Virgílio

E hoje a gente tem vários alunos e alunas negras na pós-graduação, porque a gente agora tem ações afirmativas na pós-graduação, e inclusive já tem um aluno indígena aqui no mestrado.⁶ O professor acredita que pode haver mais alguma mudança além daquela que já ocorreu quando esse pessoal chegou na graduação?

José Isaac Pilati

Eu não consigo nem projetar o que pode acontecer, mas creio que o aumento da presença cotista não vai causar conflito de grupos. A UFSC tem uma cultura de acolhimento muito forte. No meu período de direção, no Centro de Ciências Jurídicas, a gente adotou uma política de prevenção contra conflitos raciais e *bullying*. Todo começo de semestre à primeira ou às primeiras aulas abríamos um espaço em que a Direção do Centro de Ciências Jurídicas comparecia perante os calouros e levava esse discurso de não discriminação; a dizer, por exemplo, que a UFSC é uma universidade acolhedora, que nela há lugar para todos e que aqui não se discrimina e não se tolera discriminação. No início, no Direito, houve coisas como paredes pichadas, cartazes, conflitos derivados de racismos; mas a reação pela implantação da política preventiva, produziu resultado; e à medida que as turmas novas iam chegando, até alcançar a totalidade das turmas, os problemas praticamente acabaram. Não havia clima.

Jefferson Virgílio

Tem algum episódio desse período que lhe marcou?

⁶ Remete para Jafé Sateré-Mawé, recentemente graduado em direito pela UFSC. O trabalho de conclusão de curso de Jafé está disponível em Souza (2022) e disserta sobre pluralismo jurídico.

José Isaac Pilati

Sim. Eu me lembro que nos primeiros tempos duas alunas brigaram na sala de aula. E a questão subjacente era o racismo. Elas brigaram e teve gente que ficou de um lado e gente do outro. Aí eu fiquei assustado. Recebi as duas e conversei em separado e depois em conjunto. E eu disse: enquanto eu for diretor não vou instalar processo por causa deste tipo de coisa, porque não resolve. A gente vai resolver assim, vocês duas são colegas de turma, vão ter que conviver durante cinco anos, e depois na vida vão acabar se encontrando muitas vezes. Então é muito melhor se aliar e se ajudar, e nós três sabemos que isso é verdade; uma tem que se colocar no lugar da outra, ouvir a sua história, saber dos problemas da outra, ter respeito pela colega. Então vamos fazer com que esse conflito vire uma amizade entre vocês. Porque eu tenho certeza de que se uma contar a sua história para a outra, ambas vão ficar admiradas e solidárias. E foi assim. Porém, veja, se isso fosse em 1929, eu não conseguiria nada e sairia chamuscado pelo conflito. Hoje os tempos são outros. E agora, mais recentemente, houve um episódio chato aqui, em que apareceram umas pichações...

Jefferson Virgílio

Os banheiros?⁷

José Isaac Pilati

É. Os banheiros. Eu no começo fui até de má vontade com isso, parecia coisa “plantada”. Eu tinha muita dúvida, a coisa não encaixava. E tinha gente querendo fazer um alarde enorme com aquilo. Era período de eleição presidencial e de fato, passado o pleito o assunto morreu. A polícia veio aqui, fez uma perícia, trouxe detalhes que me deixaram ainda mais convicto de que era mesmo uma “forçada de barra”. Então assim, a UFSC, e eu falo pelo Direito, caminha bem. Pode ver, estava ali o Nelson Winckler agora pouco cercado de gente a conversar: aluno, TAEs, branco, indígena, homem, mulher, esse é o clima.⁸ A pandemia também trouxe um aspecto

⁷ Remete para o episódio descrito em Mayer e Duarte (2022).

⁸ Minutos antes de iniciarmos a conversa eu encontrei o professor Pilati numa conversa com Nelson Winckler Oliveira (chefe de expediente) cercados por alunos e alunas. Havia pelo menos dez pessoas na conversa.

positivo de solidariedade, todo mundo procurou a ajudar todo mundo, começando pelo empréstimo de computadores de que falei acima. E em algumas salas os colegas assumiram os que tinham dificuldade e o exemplo foi muito positivo pra todo o curso.

Jefferson Virgílio

E tocando nesse assunto dos professores, a gente já teve algum professor negro aqui?

José Isaac Pilati

Teve. A Dora, que deu aula aqui como mestrandia. Porque era obrigada pelo currículo.⁹ Mas tivemos e temos uma professora de direito internacional. Professora Karine, recentemente homenageada pela UFSC.¹⁰ Agora, são poucos os casos, mas tenho certeza de que isso vai mudar à medida que os cotistas forem se formando e galgando carreira. Agora vão ser abertos vários concursos aqui no Direito, vamos observar, pode ser que isso mude. Não é de uma hora pra outra. Há outras mudanças a caminho, trazendo novas disciplinas, abrindo as oportunidades para além dos velhos currículos dogmáticos. Ter um curso atualizado, que responda aos desafios contemporâneos, aos reais problemas do nosso tempo, tudo isso vem junto. Então, essa é uma crise que tem que ser enfrentada e superada: nossa matriz curricular ela tem que ser revista e constantemente atualizada.

Jefferson Virgílio

Então, já que o professor tocou nesse ponto, recentemente eles mexeram na nossa grade curricular aqui. E isso aconteceu em vários cursos na UFSC, além do direito. E teve vários cursos, como enfermagem, psicologia, etc., que quando está discussão surgiu, um ponto importante foi a inclusão de uma disciplina dedicada para discutir as relações e as questões étnico-raciais. Qual seria a opinião do professor sobre termos uma matéria como essa aqui, seja

⁹ A menção é para atividades obrigatórias de estágio-docência, durante frequência em curso de pós-graduação.

¹⁰ A menção é para Karine de Souza Silva, coordenadora do projeto de extensão EIRENÊ, que foi o principal motivo da homenagem citada. Sobre o projeto EIRENÊ, consultar <https://irene.ufsc.br>.

optativa, seja obrigatória, seja na graduação, seja na pós-graduação? Ou acha que a gente pode puxar dos outros departamentos, e quem quiser que vá pra lá por conta?

José Isaac Pilati

Acho fundamental. Dois aspectos. O primeiro deles no referente à preparação de uma disciplina dessas. O professor pesquisa a bibliografia e constrói uma disciplina com esforço e concentração, o que sem dúvida foge ao trivial, é diferente. Ele percebe que precisa lidar com participação, com autocomposição, por exemplo. E à medida que avança ele percebe que caminha na direção de uma transformação de toda a matriz curricular. O segundo aspecto é o dia-a-dia da disciplina ministrada; ela gera seminários, TCCs, enriquecimento constante do conteúdo. A questão é como sair para algo novo, na direção de uma transformação dessa dogmática tradicional fechada e estéril. Superar o abstrato generalizador.¹¹ Na verdade a gente precisa de um curso mais próximo dos fatos, da vida. Por outro lado, o novo currículo veio acompanhado da curricularização da extensão. Isso significa dizer que uma parte da aula do professor será dirigida à comunidade externa, o que abre espaço para o contato direto com as comunidades e seus problemas e necessidades. Repare, vai ser uma troca muito fecunda entre universidade e comunidade. Um entrosamento. E isso fatalmente vai modificar a matriz de ensino. Eu vejo assim. Então por exemplo, o pessoal de um município quer orientação no plano urbanístico; é possível preparar um curso nesse espaço da curricularização, lançando mão de disciplinas das diversas áreas da Universidade: engenharia, saúde, direito, administração. Aí está. Nós precisamos de um direito que vá mais para os fatos, para a realidade vivida.

Jefferson Virgílio

E nós podemos ver uma saída no longo prazo, no horizonte para além deste contexto? Há alguma movimentação no CCJ/UFSC pra lidar com essa realidade? Com o mundo real?

José Isaac Pilati

¹¹ A menção é para as discussões teóricas impulsionadas principalmente por Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

A nossa graduação e o estágio têm atuado muito nessa direção.¹² Aos poucos, vão se tomando as medidas adequadas. Nossa prática está mais voltada para a mediação e autocomposição. Agora, é necessário descortino teórico para pegar tudo isso e fazer com que as disciplinas vivifiquem e transformem o curso, e não o reduzam a mera erudição em direito.

Jefferson Virgílio

Então, o que eu queria perguntar era exatamente nesse sentido. Eu estou ali na última fase do EMAJ né e a gente tem ali um percentual bastante representativo de assistidas que são mulheres, muitas são negras, e a imensa maioria cria as crianças sozinhas, e é este tipo de demanda que chega ali. Tanto de reconhecimento de paternidade, mas principalmente de pensão alimentícia. E as vezes a gente vê ali que, ainda que não seja um número grande, há um quantitativo não desprezível de alunos, alunas e inclusive professores e professoras que não gostam de atender essas pessoas. E a questão é como é que a gente pode fazer com que esse contato seja uma coisa mais agradável, ou até pacífico, positivo, enfim.

José Isaac Pilati

Sim, sim. Eu entendo. Se você faz um curso pensando em ser advogado de multinacional, ganhar muito dinheiro, talvez não veja vantagem em atender vulneráveis, acha que é perda de tempo. Mas perda de tempo – posso afirmar por outro lado, é correr exclusivamente atrás de dinheiro. O atendimento social recompensa o jovem em formação de outra maneira: dignifica, realiza, abençoa, traz satisfação para os nossos jovens, prepara para a vida. A Direção da Unidade deve estar sensibilizada para isso, e a demanda é grande. Na minha gestão todo dia batiam à porta essas demandas: câmaras de vereadores, prefeituras, solicitando a elaboração de projetos para levar os alunos do EMAJ para atendimentos, como fizemos, por exemplo, naquela atividade na catedral, o NPJ na praça.¹³ Mas ainda são iniciativas pontuais. Eu gosto muito da UFSC nesse aspecto, ela pode demorar, mas sempre acaba apresentando a

¹² O estágio remete para a prática jurídica. É um conjunto de atividades de extensão realizadas dentro do Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC, conhecido como EMAJ/UFSC. Consultar <https://ccj.ufsc.br/emaj/>.

¹³ O NPJ é o Núcleo de Práticas Jurídicas. Sobre o NPJ na praça ver Flores (2019) e UFSC (2019).

melhor solução. A UFSC tem vocação para pioneira. Eu acredito que estamos ainda em um período ‘medieval’, comparado ao que vem pela frente com a curricularização da extensão.

Jefferson Virgílio

Em que sentido acha que seria essa mudança, para breve?

José Isaac Pilati

Nós estamos ainda estamos sofrendo as consequências da reforma universitária do final da década de 60 do século passado; vivi na pele a experiência, desde o primeiro ano do meu curso de Direito, em 1969. Hoje o desafio é este: ou a gente muda, ou perde o lugar. Minha esperança é a curricularização da Extensão: uma virada no ensino, que vai colocar o estudante e o professor em contato direto com a realidade e as verdadeiras necessidades do país no plano jurídico. Visualizo a transformação em curso. Os desafios da pandemia de Covid ajudaram muito nesse sentido: a tecnologia pegou-nos a força, avançamos 10 anos em dois.

Jefferson Virgílio

Eu tinha mais duas perguntas pequenininhas. O professor estava como diretor do CCJ durante a pandemia, e o professor sentiu alguma dificuldade, diferença, ou necessidade mais particular com os alunos de camadas mais baixas, notadamente os marcados por fatores racializados como os indígenas e negros?

José Isaac Pilati

No retorno?

Jefferson Virgílio

Não. Antes. Naquele período em que estavam tendo aulas online, em regimes de educação à distância ou de ensino remoto. Ou o nome que for.

José Isaac Pilati

Sim, as dificuldades foram imensas, mas a UFSC, Reitoria e Conselho Universitário reagiram à altura. Demorou um pouco, é certo, mas o necessário. Os computadores do nosso curso, por exemplo, foram emprestados aos alunos, que não tinham condições de acesso à Internet e às aulas pela via remota. E os recursos financeiros, economizados com a paralização, foram investidos na aquisição de novos computadores para reposição. A UFSC, também, aproveitou para capacitar os professores e alunos (monitores) para poderem fazer frente ao ensino remoto pela via do Moodle UFSC. Os nossos colegas, então, foram nossos professores: eles sabiam o que nós analfabetos em tecnologia tínhamos que aprender. E lá estava o velho professor, como diz Vinícius de Moraes: *‘no meio de todos eu ouvirei calado e atento, comovido e risonho’*.¹⁴ Sem dúvida foi um belo momento.

Jefferson Virgílio

Olha só. Eu não sabia que eram os computadores daqui do CCJ mesmo. Achei que eram todos da SETIC. Eram daqui mesmo então?

José Isaac Pilati

Sim, os computadores do Centro de Ciências Jurídicas, de modo geral, foram reformatados e disponibilizados aos alunos. E o backup das máquinas foi para os novos computadores mais modernos. Claro, nem todos os computadores, pois a demanda não foi maior do que a capacidade instalada. Por outro lado, com isso os professores trabalharam muito mais e muitos adoeceram.

¹⁴ Remete ao poema “Acontecimento”.

Jefferson Virgílio

Por causa de LER?¹⁵

José Isaac Pilati

Isso. No meu caso, dor nos pulsos e problemas de coluna. Aulas, reuniões, atividades de pesquisa, extensão, foi muito esforço concentrando trabalhos demais. Agora, não sei se cabe na tua pergunta, mas tanto o professor como o aluno voltaram diferentes da pandemia. Nós tínhamos turmas que nunca tinham tido aula presencial, nem sequer conheciam as dependências do CCJ. Tudo tinha mudado e a volta ao novo normal presencial foi dura.

Jefferson Virgílio

Sim. Já estavam na quarta fase.

José Isaac Pilati

Então foram anos de aulas sem os alunos terem ideia de como era a sala de aula à qual deveriam retornar sem ter partido. E eu honestamente achei que foi mais difícil voltar do que sair do presencial. Mas o presencial é insubstituível. Perde-se muito sem o contato, sem a troca de energia do presencial.

Jefferson Virgílio

Essa é a última pergunta professor, mas uma das grandes divisões do direito é o chamado direito penal, ou criminal. E tem uma questão bastante chave ali que é a restrição de liberdade de grandes contingentes de uma população que é composta maioritariamente por homens jovens negros.

¹⁵ LER é Lesão por Esforço Repetitivo.

José Isaac Pilati

Você se refere à repressão né?

Jefferson Virgílio

Isso. Você acredita que nós, enquanto juristas, e o nosso ordenamento jurídico, nosso sistema de direito penal, nós estamos preparados para tratar essa pessoa de maneira indiferente, mesmo se essa pessoa for mais negra, mais rica, ou mais pobre? No caso que nós vamos defender. Ou será que está faltando aí alguma coisa, que o direito pode estar apenas reproduzindo uma série de violências e preconceitos que acontecem aí na nossa sociedade como um todo contra essas pessoas?

José Isaac Pilati

Acredito que se engana quem pensa em resolver o problema do racismo e da discriminação com punição só por só. O direito penal presta-se mais a tirar de circulação as pessoas indesejáveis do que a reconstruir as relações. Nós tivemos um caso de conflito na Maloca entre alunos indígenas. Veja o que ocorreu. O Ministério Público Federal pressionou a Direção, queria punir a aluna que estava sendo acusada pelos demais participantes do conflito. Entendemos que havia sido coisa de menor gravidade e considerada a situação daquela categoria de alunos vulneráveis, o melhor era pacificar os ânimos com mediação e reconciliação. A coisa chegou ao ponto de eu e o Vice-diretor professor Samuel Mattos sermos ameaçados de punição no lugar da aluna.¹⁶ A pendenga terminou com a aluna abandonando o Curso e o processo sem objeto. A indígena era uma pessoa brilhante e nós a perdemos. E o pior é que a resolução interna¹⁷ em vigor é anterior às ações afirmativas e não deixa brecha para a mediação; mas ora, o Direito é maior do que a lei, e se a lei é inadequada, de antemão é inaplicável. Isso está no Digesto romano. Por outro lado, o problema do ‘bullying’ nas escolas

¹⁶ Remete para o professor Samuel da Silva Mattos, vice-diretor do CCJ enquanto o professor Pilati foi diretor.

¹⁷ Remete para a res. 017/97 do CUn/UFSC. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188631>.

é pior ainda. Ao invés de resgatar o respeito mútuo nas relações, a mentalidade perante a ocorrência, é de punir: fulano me ofendeu e agora ele vai pagar caro, tipo *lei de talião*.

Jefferson Virgílio

Código de Hamurabi, né?¹⁸

José Isaac Pilati

É o olho por olho e dente por dente numa escola. Justamente onde se deve aprender com os erros e construir a paz, educar para o enriquecimento das relações. Mas parece que ao contrário, a escola está dizendo: revidar é o melhor remédio. E esse é um problema que não pode ser relegado a cada professor e sua abordagem; é um problema de autoridade, e a intervenção deve ser preventiva. Eu penso assim.

Jefferson Virgílio

O professor teria algum comentário ou questão que quisesse colocar?

José Isaac Pilati

Eu estou com pena é de ti que vai ficar aí horas pra transcrever isso.

Jefferson Virgílio

Não professor. Agora a gente tem esses robôs aí que transcrevem tudo, aí a gente só escuta uma ou duas vezes com bastante atenção e vai revisando e corrigindo o que for preciso.

¹⁸ Remete para leis como as de nº 196, nº 197 e nº 200 do código de Hamurabi.

José Isaac Pilati

Ah, que bom. Então eu vou fazer uma consideração a respeito de inteligência artificial. Os gregos na antiguidade faziam os cálculos na areia. Depois foram inventando várias coisas, até chegarmos à calculadora manual e aos computadores. Ora, o robô hoje em dia pode elaborar a sentença judicial, o acórdão recursal. Isso é substituir a pessoa do magistrado? Claro que não. Ela (ou ele, o robô) vai ajudar e é isso, para o bem e para o mal.

Jefferson Virgílio

E no caso das sentenças judiciais, principalmente as penais, tem uma discussão dizendo que é muito possível que as inteligências artificiais interiorizem os nossos preconceitos, pois ela reconhecerá como um padrão, como o direito hegemônico, e que ela inclusive o otimize para algo ainda pior.

José Isaac Pilati

Essa cantilena é antiga. A humanidade é sempre a mesma, e o coração continua – como diz um poeta russo.¹⁹ Claro. É por isso mesmo que o jurista tem que ter uma formação que o habilite a andar com as próprias pernas. Aí é a formação jurídica que está em jogo, a escola, a Educação. Sempre aparece alguém, em qualquer época, para provocar a mudança. A humanidade sempre vence o atraso e os grandes desafios. Eu estava vendo a história do brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão, nascido em Santos. Ele foi o primeiro cara que pensou na ideia do balão para transporte de pessoas. Ele estava olhando uma fogueira e viu que uma folha carregada pelo vento, ao passar perto do fogo fez aquele movimento. E percebeu a causa: o ar quente é mais leve. Foi o começo de uma revolução. E sobreveio o pior para ele: morreu fugindo da Inquisição e da morte na fogueira. Quantos e quantos antes dele viram a folha subir na fogueira? Enfim, só para concluir, essa inteligência artificial é a meu ver a nova ‘máquina de calcular’, e deve ser usada para o bem. Muitos a usarão para o mal. E se alguém a

¹⁹ Acredito se tratar de Vladimir Maiakovski, visível por exemplo no poema “O poeta-operário”. Maiakovski é recorrentemente mencionado como *o poeta da revolução*.

usar para mudar o mundo poderá ser um novo Bartolomeu de Gusmão ou um novo Galileu Galilei.

Referências bibliográficas

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Direito e relações raciais**: Uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106299>. Último acesso em: 21 de junho de 2023.

FERREIRA, Wiliam Adolcino Siqueira; PAULO, Yan Victor Amorim de. Resenha da dissertação de mestrado “Direito e relações raciais - Uma introdução crítica ao racismo”, de Dora Lucia de Lima Bertulio. **Culturas jurídicas**, v. 6, n. 13, p. 363-376, 2019. Disponível em <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45271>. Último acesso em 21 de junho de 2023.

FLORES, Maria Clara. UFSC na Praça aproxima população da pesquisa universitária. **Notícias da UFSC**. Publicado em 16 de maio de 2019. Disponível em <https://noticias.ufsc.br/2019/05/ufsc-na-praca-aproxima-populacao-da-ciencia-e-pesquisa-universitaria/>. Último acesso em 21 de junho de 2023.

MAYER, Sofia; DUARTE, Catarina. Frases contra mulheres e judeus são pichadas na UFSC dias após prisão de alunos suspeitos de neonazismo. **G1 Santa Catarina**, 2022. Publicado em 26 de outubro de 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/10/26/frases-contra-mulheres-e-judeus-sao-pichadas-na-ufsc-dias-apos-prisao-de-alunos-suspeitos-de-neonazismo.ghtml>. Último acesso em 21 de junho de 2023.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956.

SOUZA, Jafé Ferreira de. **As normas consuetudinárias do povo Sateré-Mawé (Amazonas) enquanto ordenamento jurídico**: Princípios e fontes à luz do pluralismo jurídico de Santi Romano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243834>. Último acesso em 21 de junho de 2023.

TORRES, Aline. O suicídio do reitor para quem prisão foi ultraje e sentença de morte. **El país**. Publicado em 4 de outubro de 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756_989166.html. Último acesso em 21 de junho de 2023.

UFSC. Núcleo de Práticas Jurídicas da UFSC na Praça. **Notícias da UFSC**. Publicado em 16 de maio de 2019. Disponível em <https://ccj.ufsc.br/2019/05/16/nucleo-de-praticas-juridicas-da-ufsc-na-praca/>. Último acesso em 21 de junho de 2023.

José Isaac Pilati

Professor aposentado do Departamento de Direito no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Natural de Passo Fundo (RS), Pilati reside em Santa Catarina desde 1951. Gradou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1969, e obteve os títulos de mestre (1989) e doutor (1995) pela UFSC. Na instituição, lecionou Direito das Coisas e Direito Romano na graduação e Tutelas Coletivas na pós-graduação até a sua aposentadoria que ocorreu em junho de 2023. Possui experiência em advocacia e no serviço público estadual. Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), na classe jurista de 2005 a 2007. Já foi agraciado com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário, em 2007, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Recebeu também homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), em 2013, como um dos fundadores da Corte Catarinense de Mediação e Arbitragem, e a medalha João Davi Ferreira Lima, no ano seguinte, pela Câmara Municipal de Florianópolis. José Isaac Pilati presidiu a Academia Desterrense de Letras, a Academia de Letras de Palhoça e a Fundação José Arthur Boiteux. É membro da Academia Catarinense de Letras como ocupante da Cadeira 14, Patrono Gustavo de Lacerda, além da Academia Catarinense de Filosofia, da Academia Sul Brasileira de Letras, da Academia Desterrense de Literatura e da Instância da Poesia Crioula. Entre suas publicações nas letras jurídicas, destacam-se: *Propriedade & Função Social na Pós-Modernidade*, *Audiência Pública na Justiça do Trabalho*, *Advocacia nas causas coletivas e na contemporaneidade* e o *Livro II do Digesto de Justiniano* (traduzido diretamente do latim, obra inédita na língua portuguesa). É também autor de *A tragédia de Mário Castelhana: canto um*, *Severina* (poesia), *Chapecó e Joaçaba: memórias do centenário*, *História da colonização de Maravilha*, tematizando o período balseiro do Rio Uruguai e do Oeste Catarinense.

Jefferson Virgílio

Antropólogo.

* * *

Agradecimentos

A organização do dossiê "*Racismos: Corpos, políticas, cidades, poderes e dominações em tempos de ódios*" agradece a enorme disponibilidade do professor Pilati em nos conceder essa entrevista em sua apertada agenda de homenagens que surgem na semana imediatamente seguinte à sua aposentadoria enquanto professor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Muito obrigado.